Promotoria de Justiça de Porto Ferreira

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO FERREIRA

0393.0000421/2024

DESVIO DE FUNÇÃO - CARGOS DE MOTORISTA DO MUNICÍPIO

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por seu órgão que esta subscreve, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no art. 127, *caput*, e art. 129, incisos II e IX, da Constituição Federal, no art. 103, inciso VII, da Lei Complementar nº 734/1993, e no art. 6º da Resolução nº 1.342/2021-CPJ do MPSP;

Considerando que a Lei Complementar n.º 75/93 estabeleceu, em seu art. 6º, XX, caber ao Ministério Público da União expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, disposição que é extensível ao Ministério Público dos Estados por força do art. 80 da Lei n.º 8.625/93;

Considerando que, nos termos do art. 96 da Resolução nº 1.342/2021-CPJ do MPSP, *o membro do Ministério Público, com ou sem a realização de audiências públicas, também poderá expedir recomendações aos órgãos ou entidades competentes, sugerindo a edição de normas, a alteração da legislação em vigor ou a adoção de medidas*

Promotoria de Justiça de Porto Ferreira

destinadas à efetividade dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, ou prevenção ou controle de irregularidades;

CONSIDERANDO o teor da representação encaminhada ao Ministério Público, na qual informou-se que há funcionários das áreas de serviços gerais, atendente, pedreiro, em desvio de função, exercendo funções no Departamento de Transportes da Saúde;

CONSIDERANDO que, após apurações preliminares, constatou-se que havia 5 servidores das áreas de “serviços gerais”, “pedreiro” e “atendente” (cf. fls. 39) exercendo funções de motorista no Departamento de Transportes da Saúde;

CONSIDERANDO que o Município informou que todos os cargos da área de motorista estão preenchidos (fls. 61/63) e que é necessária a criação de novos cargos para suprir a demanda;

CONSIDERANDO que há concurso público em vigência, ainda válido, com candidatos aptos à espera de nomeação (concurso nº 01/2022 – prorrogação às fls. 130);

CONSIDERANDO que, mesmo após diversas solicitações deste Órgão, desde Julho/2024, a situação não foi sanada pela Prefeitura Municipal, e servidores de áreas diversas permanecem em desvio de função como motoristas da área de transportes de saúde;

CONSIDERANDO que dentre as funções institucionais do Ministério Público estão a defesa do patrimônio público e social e a repressão aos atos de improbidade administrativa, cuja atuação encontra legitimação constitucional nos artigos 127, “caput” e 129, inciso III, ambos da Constituição da República;

Promotoria de Justiça de Porto Ferreira

CONSIDERANDO que, nos termos dos artigos supracitados, bem como do artigo 5º, inciso I, alínea “h”, e inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 75/93; do artigo 25, da Lei Federal nº 8.625/93 e do artigo 103, da Lei Estadual n.º 734/93, é função institucional do Ministério Público a defesa da legalidade, do patrimônio público, entre outros interesses da coletividade;

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República, que estabelece que: *“a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração”*. E, ainda, que, segundo o art. 37, §2º, da Carta Magna a *“não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei”*;

CONSIDERANDO o teor da Súmula Vinculante nº 43 do STF: *“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido”*

CONSIDERANDO que, em que pese o Município seja dotado de autonomia política e administrativa dentro do sistema federativo (artigos 1º e 18 da Constituição da República), tal autonomia não tem caráter absoluto, tendo em vista que encontra limitação nas regras estabelecidas pelas Constituições Federal e Estadual;

Promotoria de Justiça de Porto Ferreira

CONSIDERANDO, por fim, a expiração do prazo de tramitação regulamentar da Notícia de Fato/Representação (Resolução nº 1.342/2021-CPJ), bem como a necessidade da adoção de providências, destinadas à proficiente formação do convencimento ministerial;

RESOLVE, com fundamento nos preceitos legais supracitados, expedir a presente **RECOMENDAÇÃO** à Prefeitura Municipal de Porto Ferreira, para que:

1. Sejam **criados novos cargos** de motorista e/ou motorista de transporte coletivo para atuação na área de transportes de saúde em número compatível com a demanda existente, a fim de evitar que servidores de outras funções sejam desviados para o exercício de cargo de motorista;
2. Sejam **convocados os candidatos aprovados no concurso** nº 01/2022 para os cargos de motorista e/ou motorista de transporte coletivo, em respeito ao princípio da estrita legalidade e aos termos da Súmula Vinculante nº 43 do STF;
3. A Prefeitura Municipal **abstenha-se** de alocar outros servidores municipais que exercem função diversa e/ou indivíduos estranhos ao funcionalismo para o exercício da função de motorista e/ou motorista de transporte coletivo.

Ressalta-se que a partir desta Recomendação a Prefeitura Municipal, representada pelo Chefe do Poder Executivo, dá-se por **plenamente ciente** do teor da **ilegalidade** acima exposta, sendo que eventual inobservância da presente Recomendação por parte do Chefe do Poder Executivo poderá, mediante avaliação do Órgão

Promotoria de Justiça de Porto Ferreira

Ministerial, acarretar a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Para o cumprimento da presente recomendação, o Senhor Prefeito deverá dar-lhe ampla publicidade, com sua **divulgação nos órgãos de publicação dos atos oficiais, no sítio da Prefeitura na internet, em perfis oficiais em redes sociais** e com afixação desta Recomendação no átrio da sede administrativa da Prefeitura (art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, e art. 98 da Resolução nº 1.342/2021-CPJ/MPSP).

Por fim, esta Promotoria de Justiça requisita à Prefeitura, no prazo de **10 (dez) dias**, informações sobre a **PUBLICIDADE** dada a esta recomendação (mediante comprovação documental); e em **30 (trinta) dias**, informações sobre o **ACATAMENTO** desta recomendação por parte do Sr. Prefeito, mediante comprovação documental.

Porto Ferreira, 29 de abril de 2025.

Mariana Paes Barreto Scarabel
Promotora de Justiça

Documento assinado eletronicamente por **MARIANA PAES BARRETO SCARABEL**, em 29/04/2025 às 17:48.

Para verificar a autenticidade deste documento, acesse o serviço pelo Atendimento ao Cidadão e à Cidadã, no site do Ministério Público do Estado de São Paulo, e informe o nº do procedimento **0393.0000421/2024** e código **1cbc3bfa-f8de-4eeb-bd00-568b10c83e41**.